

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.324.135 - PR
(2018/0170012-9)**

RELATOR : MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
EMBARGANTE : EDI SILIPRANDI - ESPÓLIO
EMBARGANTE : OLINDA SILIPRANDI - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : CARLOS ALBERTO SILIPRANDI - PR021671
FRANCIELI DIAS - PR037608
MARCELO AUGUSTO MARCON - PR042145
EMBARGADO : MUNICÍPIO DE CASCAVEL
PROCURADORE : GENESIO FELIPE DE NATIVIDADE E OUTRO(S) -
S PR010747
JOSE SERMINI DE PAZ - PR054685

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. DÍVIDA ATIVA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTENTE.

I - Trata-se de embargos de declaração opostos contra acórdão que desproveu agravo interno.

II - Os aclaratórios somente são cabíveis para a modificação do julgado que se apresentar omissos, contraditórios ou obscuros, bem como para sanar possível erro material existente na decisão, o que não aconteceu no caso dos autos.

III - Embargos de declaração não se prestam ao reexame de questões já analisadas, com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso, quando a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

IV - Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes, Mauro Campbell Marques e Assusete Magalhães votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator